

Apresentação

Luiz Alberto Grijó

História e Mídia

Há muito que os meios de comunicação social, também referidos genericamente e no singular como “a mídia”, participam do trabalho dos historiadores, precipuamente como fontes para suas pesquisas com objetivos que vão desde a busca de “fatos”, até a procura de dados para estudos sobre mentalidades, visões de mundo, cultura ou valores de determinadas épocas e lugares. Cada vez mais, porém, os próprios veículos se tem tornado objeto de pesquisas, não apenas para a produção de narrativas a seu respeito, mas em investigações que enfocam e analisam seus agentes e instituições, as concepções e visões de mundo que produzem e reproduzem, suas relações com as demais áreas da produção cultural, especificamente com a história enquanto produção acadêmica ou não, a sua relação com os demais agentes sociais, com o mercado, com a política, com a memória social.

O dossiê *História e Mídia*, que *Anos 90* publica nesse número, reflete um pouco do estado da arte em termos da produção historiográfica acadêmica a respeito do tema na América Latina. Os textos aqui contidos, de modo geral, se articulam em maior ou menor grau, a partir de estudos de casos, com preocupações epistemológicas e seus corolários teórico-metodológicos que as abordagens nessa área têm trazido para os historiadores. Assim, jornais, cinema, revistas, a televisão e o que produzem seus agentes são tomados como parte de objetos de estudos que findam por enfrentar questões relevantes para a historiografia que vão desde as relações entre determinados periódicos e o mundo cultural de uma sociedade ou época até a relação entre o que socialmente se entende

por história, ou se procura fazer entender como tal, e aquilo que é veiculado reiteradamente por um periódico ou por programas de televisão. Ou seja, os artigos aqui apresentados não se limitam às suas excelentes contribuições específicas em termos dos temas e períodos que abordam, mas apontam para uma reflexão mais geral que discute história, memória, instituições sociais, produção e reprodução cultural, política – como disputa pelo poder e relação de dominação – e historiografia.

Desde o lançamento da proposta do dossiê, recebemos uma grande quantidade de artigos a cujos autores agradecemos muitíssimo. Lamentamos, porém, que a maioria não tenha sido incluída, o que ocorreu não pela falta de qualidade dos mesmos, pois muitos tiveram pareceres favoráveis, mas por uma decisão editorial que limitou o número de contribuições às dez aqui contidas.

Elas se iniciam com o trabalho de Marialva Barbosa que, tendo como pretexto “um olhar sobre as práticas, processos e sistemas de comunicação nas últimas décadas do século XIX”, com efeito propõe uma série de reflexões teóricas e, especialmente, metodológicas de apropriação histórica de objetos recortados na área dos meios de comunicação, os quais devem ser entendidos não em si mesmos, mas como imersos no espaço cultural maior a partir do qual se dá a sua produção e significação. A contribuição do artigo não se restringe a temas circunscritos ao período explicitado no seu título, ela é uma contribuição muito mais ampla, sendo aplicável a qualquer tema similar e, além disso, a qualquer escrita de história. A proposta é “que a história da comunicação seja sempre história dos processos e das práticas comunicacionais cujo procedimento metodológico desvende o circuito da comunicação”. Ainda segundo a autora, “uma história dos meios deve colocar a questão da comunicação como centro da reflexão e não apenas tentar descrever o conteúdo das mensagens ou remontar como se caracterizava a mídia outrora”.

O trabalho de Sônia Meneses, analisando o caso do jornal *Folha de São Paulo* e seu “projeto”, tendo como fonte principalmente os seus manuais de redação, discute a “operação midiográfica”. Este conceito, inspirado no de operação historiográfica de Michel de Certeau, “tanto funciona para falar de práticas e elementos que conformam a produção midiática [...], como sua posterior reprodução

e resignificação em vários ciclos hermenêuticos de significação do tempo”. A reflexão se volta para o modo como a produção midiática se torna também produção de um tipo muito específico de história e os mecanismos que lança mão para tal. Sônia Meneses aporta ainda mais elementos que contribuem com o aprimoramento das reflexões epistemológicas sobre a história e sua relação com o modo como é produzida, por quem é produzida e em quais condições, ao mesmo tempo em que enriquece as possibilidades teórico-metodológicas de apreensão pela historiografia acadêmica de objetos na área de história da mídia.

O trabalho seguinte é o de Claudio Elmir. Os desafios metodológicos da pesquisa em jornais é o seu foco básico. Tendo como ponto de partida uma pesquisa realizada com o jornal *Última Hora*, de Porto Alegre, as reflexões se voltam para os desafios encontrados, as perguntas formuladas à fonte e sobre ela e as possibilidades ou não de serem elas respondidas. Aqui o leitor encontra um *tour* pelo mundo da pesquisa acadêmica em periódicos diários de grande circulação, pelo que eles próprios são postos em questão e avaliados a partir dos desafios metodológicos que trazem à pesquisa histórica. “O jornal, nesta perspectiva da recepção, pode ser apropriado de formas as mais diversas. Quero propor uma breve digressão acerca de duas dessas maneiras de ler o jornal para fins de pesquisa. Uma delas [...] consiste em tomá-lo (1) com fonte de informação. A segunda [...], (2) faz dele objeto intelectual da pesquisa”. Claudio Elmir convida para uma crítica documental e para uma “aventura” pelos meandros da pesquisa histórica e seus desafios.

Marcelo Borrelli estuda o diário portenho *El Clarín* no período dos últimos meses do governo de Isabel Perón e dos primeiros do governo civil-militar instituído pelo golpe de Estado de 24 de março de 1976. Tem como tema específico o modo como o jornal apoiava as políticas de Estado e as ações clandestinas, “paraestatais”, voltadas para a “luta anti-subversiva”, a qual resultou, como todos sabemos, na carnificina que ceifou milhares de vidas de argentinos e de outras vítimas que foram assassinadas sem direito a qualquer procedimento jurídico-legal. Um estudo desse tipo “se torna imprescindível para se compreender o contexto que circundou o golpe de Estado de 24 de março de 1976, como também os argumentos que legitimaram

um aprofundamento da repressão voltada contra os setores da esquerda radical e peronista mais combativos”. Num momento em que se implanta na Argentina a chamada Lei da Mídia de 2009, a qual visa extirpar monopólios e oligopólios na área da propriedade de meios de comunicação entre outras disposições, essa discussão a respeito do apoio que certas empresas monopolistas deram a ações criminosas implementadas por agentes estatais e paraestatais antes durante e depois dos regimes civis-militares latino-americanos mais recentes é extremamente pertinente e, mais ainda, necessária.

O texto de Reinaldo Lohn se debruça sobre questões semelhantes às abordadas por Marcelo Borrelli e, em parte, por Sônia Meneses. Estuda o periódico *O Estado* de Florianópolis, sob o ponto de vista de suas narrativas, as quais vinham ao encontro de uma certa visão de sociedade e país que se estava tentando estruturar desde os inícios do regime civil-militar de 1964. No caso da capital de Santa Catarina, um discurso do “novo” e do “moderno” que secundava e antecipava movimentos estatais e da iniciativa privada que transformavam a ocupação dos espaços urbanos da cidade com a substituições de edificações tidas como “casas velhas” por prédios “novos” de vários andares, bem como pela abertura de vias urbanas rápidas, parques e calçadas. Nesse caso, o “discurso jornalístico apresenta-se [...] como uma das mais destacadas instâncias organizadoras do social, o que incluiu a definição sobre o que deve ser lembrado ou esquecido”.

Claudia Feld realiza uma profunda reflexão a respeito das conexões entre memória social e um meio específico de comunicação, a televisão. Toma como pretexto a reativação mais ampla da discussão na sociedade argentina, que ocorreu a partir de meados dos anos 1990, a respeito dos crimes da sua última ditadura civil-militar, especialmente as prisões, as torturas e as mortes patrocinadas por agentes e agências estatais e paraestatais. A televisão aparece como enquadrável em três eixos que seriam os seguintes: 1) como “empreendedora da memória”; 2) como “cenário da memória”; 3) e como veículo de transmissão de memória entre gerações. A partir de uma sólida discussão com as principais contribuições teóricas e epistemológicas a respeito, o trabalho mostra “que não se pode tomar a televisão isoladamente, porém todo o processo de memória e

os atores envolvidos; mas tampouco se pode desconhecer o enorme potencial que tem a representação televisiva nos atuais processos de construção de memórias”.

O trabalho de Margarida Adamatti, por seu turno, também se situa em termos cronológicos no período da mais recente ditadura civil-militar brasileira, enfocando a questão da produção cinematográfica épico-histórica nacional em relação com o regime e, especialmente, em relação com a crítica de cinema em jornais “alternativos”. A sua opção metodológica é mais tradicional, de análise de conteúdo, mas obtém resultados interessantes no sentido de explicitar os critérios que lastreavam os autores das críticas, colaboradores dos jornais *Opinião* (1972-7) e *Movimento* (1975-81), e as discussões que se travavam a respeito das produções cinematográficas, ou melhor, tendo elas como pretexto, pois “os jornais contribuíram com a disseminação de um pensamento historiográfico oposto ao praticado pela grande imprensa, afinal foi a relação indissociável entre política e cinema que mudou a visão tradicional sobre a função da crítica de cinema.”

Luís Carlos Martins enfoca o período histórico anterior ao da implementação do regime civil-militar no Brasil. Na década de 1950, sob o governo de Getúlio Vargas, discutiram-se intensamente as questões da criação de uma empresa estatal petrolífera e do monopólio estatal no setor. Os principais jornais do país participaram ativamente do processo, o que o artigo analisa em detalhes no que diz respeito à imprensa do Rio de Janeiro, então capital da República. Ao contrário do que se poderia supor, pois é um tanto difundido na bibliografia que a “grande imprensa” dita “liberal” fazia figadal oposição ao governo “nacionalista” de Vargas, “no que se refere à relação entre os jornais e o universo político, notamos que os primeiros adotam sinuosas e distintas estratégias conforme os agentes do segundo se movem taticamente em torno do tema”. Isso aponta para a necessidade de que as pesquisas se aprofundem ainda mais nessa complexa relação entre imprensa e política que dificilmente pode ser reduzida a um maniqueísmo estreito.

O artigo de Aristeu Lopes tem como fonte as imagens presentes em periódicos da “imprensa ilustrada” do Rio de Janeiro na década de 1870. Seu objetivo é analisar a presença de uma simbologia republicana e como ela se articula com a imprensa de

humor em si mesma e com um período marcado no Brasil pelo início da chamada “propaganda republicana” mais organizada e sistemática, ancorada em um Partido Republicano. A perspectiva adotada aponta para que “os periódicos analisados [...] constituem uma fonte de pesquisa que permite compreender um momento da história do Brasil Imperial demarcado pelo surgimento de grupos políticos que passavam a contestar a ordem estabelecida”. Ou seja, o recurso aos jornais e sua produção não são um fim em si mesmo, mas uma estratégia teórico-metodológica para uma abordagem propriamente historiográfica.

O trabalho que encerra o dossiê é o de Mauro Franco. Seu objetivo é refletir sobre as “figurações do outro” através da imprensa brasileira no século XIX, especialmente a *Revista Brasileira*, em sua primeira fase de circulação (1857-61). A análise se volta para os conteúdos publicados na revista, tanto quanto às origens dos textos (boa parte composta por traduções de originais publicados em revistas francesas), quanto às suas características que visavam transformar o periódico em “um índice, um sintoma de uma nação/civilização que desejava por meio da palavra impressa contribuir para o desenvolvimento econômico, científico e artístico, em especial, do espaço público do jovem país.” Novamente, o recurso a um periódico abre a possibilidade para a reflexão a respeito das características mais gerais da sociedade imperial brasileira e suas elites.

Esperamos com esse dossiê contribuir para as discussões e reflexões a respeito do tema proposto, seus desdobramentos, limites e possibilidades.

Bom proveito.

Porto Alegre, 20 de fevereiro de 2013.